

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS da crítica dos modelos aos novos paradigmas

Antonio Carlos S. Diegues – Professor da Esalq/USP. Coordenador do Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil da USP.

Desenvolvimento sustentado é hoje um termo utilizado *ad nauseam* sobretudo nos discursos governamentais e nos preâmbulos de projetos de investimentos a serem financiados por instituições financeiras bi e multilaterais. Um número crescente de seminários são realizados no Brasil com o objetivo de esclarecer esse conceito e, freqüentemente, de listar "experiências" e projetos que possam ser rotulados de sustentáveis. Além disso, às vésperas da Eco 92, alguns setores, sobretudo os governamentais e empresariais, insistem em demonstrar junto à opinião pública internacional os esforços aqui realizados para se atingir o desenvolvimento sustentável. Esse termo transita pelos mais diversos círculos e grupos sociais, desde as organizações não-governamentais até as de pesquisa, com notável e estranho consenso, como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche. Uma análise mais aprofundada revela uma falta de consenso, não somente quanto ao adjetivo "sustentável", como também quanto ao desgastado conceito de "desenvolvimento".

A nosso ver é necessário hoje se discutir não somente o adjetivo, mas também o próprio conteúdo do desenvolvimento. Essa discussão é válida, sobretudo num momento histórico em que parece se dissolver a bipolaridade dos tipos de sociedade capitalista e socialista. Por outro lado, há uma consciência crescente de que o modelo de sociedade industrial avançada do Ocidente não poderá se manter a longo prazo com os padrões de produção e consumo baseados no esbanjamento de energia não-renovável, na degradação ambiental, na marginalização social e política de importantes grupos sociais (os migrantes, por exemplo), na espoliação da mão-de-obra e dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo e no crescente fosso entre o Norte e o Sul. Além disso, espalha-se pelo mundo a frustração de que para a grande maioria dos países do Terceiro Mundo a última década foi perdida para o "desenvolvimento", e de que talvez os próximos decênios também o sejam.

Nesse contexto, ganha sentido a idéia de que não existe um único paradigma de sociedade do bem-estar (a ocidental) a ser atingido por vias do "desenvolvimento" e do progresso linear. Há necessidade de se pensar em vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si. Esse novo paradigma a ser desenvolvido se baseia, antes de tudo, no reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural entre os povos que nem a homogeneização sociocultural imposta pelo mercado capitalista mundial, nem os processos de implantação do "socialismo real" conseguiram destruir. Talvez a implosão recente de grandes impérios e o ressurgimento das identidades étnico-culturais sejam os primeiros sintomas da necessidade urgente de se procurar novos paradigmas de "sociedades sustentáveis".

Desenvolvimento e progresso

O conceito de "progresso" herdado do positivismo está na base dos enfoques tradicionais de "desenvolvimento" existentes no mundo moderno. A idéia implícita é de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material. Sunkel e Paz rastreiam esse conceito até na obra de Adam Smith, no século XVIII, onde a riqueza material aparece como indicador do potencial produtivo das nações. A sociedade é concebida como unidades econômicas que seguem processos mecanicistas, cujas leis se podem conhecer cientificamente. A essa idéia se agrega a noção de evolução, como transformação gradual e constante, pela qual o progresso de uma nação ganha um caráter quase natural. O conceito de progresso, essencial para se entender os modelos clássicos de desenvolvimento, tem como base a crença na razão, no

conhecimento técnico-científico como instrumento essencial para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem, na convicção de que a civilização ocidental é superior às demais, entre outras razões pelo domínio sobre a natureza, na aceitação do valor de crescimento econômico e no avanço tecnológico.

Segundo os modelos clássicos, esse "crescimento econômico" têm como mola propulsora a "industrialização". Nessa conceituação os países industrializados são países desenvolvidos, em oposição àqueles que têm sua economia baseada na agricultura. O processo de desenvolvimento teria por objetivo colocar estes últimos no mesmo patamar dos primeiros. Mais do que simplesmente conseguir os mesmos níveis de produção de bens e serviços, de bem-estar, os países não-desenvolvidos deveriam desenvolver uma ética, um conjunto de valores compatíveis com o objetivo da acumulação de capital, além de contarem com classes sociais imbuídas da ideologia da industrialização.

Segundo Sunkel e Paz, os atuais enfoques sobre o desenvolvimento podem ser reduzidos a três:

- *Desenvolvimento como crescimento*

Nesse enfoque, o desenvolvimento se equipara a níveis de produção e consumo material medidos por indicadores como produto nacional bruto, renda *per capita*. Outras variáveis importantes, como a equidade social e a distribuição dos frutos do crescimento econômico não são contempladas por esse modelo.

- *Desenvolvimento como etapas*

O desenvolvimento é constituído por uma série sucessiva de etapas históricas que os países não-desenvolvidos devem atravessar, para passar de uma sociedade tradicional para uma moderna e, finalmente, para a de consumo de massa. O elemento desencadeador dessas etapas seria a industrialização.

- *Desenvolvimento como processos de mudanças estruturais.*

Nessa perspectiva o desenvolvimento não é considerado como um processo mecânico, mas implica mudanças sociais e políticas estruturais. Esse enfoque teve uma grande contribuição de sociólogos e economistas latino-americanos, que por sua vez criaram o modelo de análise centro-periférica. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são faces da mesma moeda, e criados pelos mesmos processos que aumentam os níveis de produção e qualidade de vida nos países centrais e mantêm os demais atrasados. Nessa linha foi também proposta a teoria da dependência que aponta interesses opostos entre os países do centro e da periferia. Os países capitalistas periféricos teriam um tipo específico de capitalismo criado e recriado na relação com os países centrais.

O que caracteriza a totalidade desses modelos é a crença na industrialização como motor do desenvolvimento para se atingir os níveis de bem-estar alcançados pelos países ricos. Até meados da década de 60 os custos ambientais em termos de uso intensivo de recursos naturais, da degradação da natureza, eram considerados normais e necessários no processo de "desenvolvimento". A natureza, em todos esses modelos, era considerada como um elemento imutável, fonte inesgotável de matéria-prima, e não como um sistema vivo com processos e funções próprias.

A crise dos modelos desenvolvimentistas e de crescimento econômico

O crescimento econômico recente de alguns países se beneficiou de um período extremamente favorável do pós-guerra que, grosso modo, perdurou até o final da década de 60. O consumo de massas, baseado num modelo de uso extensivo de energia barata, imperava nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão cujas empresas multinacionais já se tinham espalhado por uma grande parte dos países não-desenvolvidos. Em todos os casos estava subjacente uma estratégia de dominação ideológica, econômica e política, baseada na eficiência da economia de mercado sobre as demais formas de organização social não-capitalistas.

Na verdade a ideologia do crescimento econômico e do produtivismo está subjacente aos modelos dos países industrializados, tanto das economias de mercado, quanto daquelas guiadas pelo planejamento centralizado ou pelo socialismo real. Os países (até pouco tempo) socialistas, principalmente a União Soviética; na ânsia de atingir níveis de produção e consumo dos países capitalistas, mesmo antes da "perestróica" já haviam começado a importar tecnologia e *know-how* do Ocidente, repetindo os mesmos impactos negativos sobre o meio ambiente. A salinização do Lago Aral, Chernobyl, etc. são somente as manifestações conhecidas e mais gritantes do modelo produtivista importado. Como afirma Deleage, o controle estatal dos meios de produção não oferece garantia contra o desperdício de recursos gerado pela anarquia do modo de produção capitalista. Na medida em que os países socialistas se inserem cada vez mais no universo do mercado do capitalismo mundial, as contradições semelhantes àquelas do modo capitalista de produção tendem a aumentar.

Surpreendentemente, as primeiras reações contra a sociedade da abundância não vieram necessariamente das sociedades não-desenvolvidas, mas de camadas de classe média das sociedades industrializadas. Importante nessa perspectiva foi a reação dos movimentos "marginais" como o dos hippies, das mulheres, da contra-cultura, das minorias raciais, de maio de 68, etc..

Inúmeros intelectuais, de várias correntes teóricas, começaram a indicar os limites ecológicos e sociais das chamadas sociedades da afluência. Bookchin, em 1964, já analisava a degradação ambiental como sendo intimamente ligada ao crescimento do capitalismo, e não a fatores naturais. A partir dessa época, em vários círculos acadêmicos aumenta a preocupação com as relações homem-natureza nas sociedades chamadas "modernas". Desenvolvem-se novas disciplinas, como a ecologia cultural e a ecologia humana, além dos aportes importantes dos antropólogos marxistas ao tema.

O maior golpe, no entanto, à noção de progresso linear e continuado, realizado à base de energia e matérias-primas baratas extorquidas dos países do Terceiro Mundo, sobreveio com as crises sucessivas do petróleo a partir de 1973. A necessidade de racionar o petróleo, sobretudo o usado para o aquecimento das casas e para o transporte nos países ricos, alertou essas populações para uma realidade nova: os recursos naturais renováveis e principalmente os não-renováveis são bens finitos e precisam ser usados de forma comedida.

Essa situação, no entanto, já havia sido anunciada na primeira edição do livro clássico do Clube de Roma, *Limites ao Crescimento*.

Esse importante relatório apresentava um panorama sombrio para a humanidade, pois, segundo ele, o crescimento da população, do consumo e do uso dos recursos naturais era exponencial ao passo que estes últimos eram finitos e limitados. Através de modelos e projetos complexos, o Clube de Roma anunciava o esgotamento próximo das principais reservas de minérios, uma explosão demográfica nas décadas seguintes e também um aumento exponencial da poluição e degradação dos ecossistemas naturais, que implicaria a diminuição da qualidade de vida principalmente entre os países industrializados. A proposta final, no entanto, tinha um caráter nitidamente neomalthusiano, em que a variável a ser controlada prioritariamente era o crescimento demográfico nos países do Terceiro Mundo. Propunham também um modelo de crescimento global em equilíbrio, no qual, na maioria dos casos, o crescimento econômico deveria ser reduzido a zero. O Clube de Roma também alertava contra o falso otimismo, baseado na crença de que a tecnologia moderna poderia resolver tudo. O modelo introduz variáveis importantes, como o respeito à capacidade de carga da biosfera e à necessidade de um sistema mundial sustentável.

Três meses depois da publicação do relatório do Clube de Roma, realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e em Estocolmo, onde pela primeira vez se debatem

temas centrais relativos ao crescimento econômico, desenvolvimento e proteção ambiental.

É verdade que os países industrializados estavam mais interessados em controlar o aspecto negativo da industrialização, a degradação ambiental. Houve temores por parte dos países subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil, de que a proposta de controle dos efeitos do crescimento econômico significasse uma arma contra o chamado "desenvolvimento" dos países mais pobres. Já na Conferência de Founex, em 1971, ficou estabelecido que os problemas ambientais dos países pobres eram basicamente diferentes daqueles dos países ricos. Para os primeiros, a raiz desses problemas estaria na pobreza, na falta de desenvolvimento, mas alertava-se também que um rápido crescimento econômico não significaria necessariamente que os problemas ambientais desapareceriam.

A revisão dos conceitos desenvolvimentistas alcançou seu ponto mais alto em meados da década de 1970, com os trabalhos da Fundação Bariloche e da Cepal. Propõem-se modelos alternativos de desenvolvimento e estilos de desenvolvimento diferentes, tanto dos países industrializados como aqueles perseguidos pelos países subdesenvolvidos. Segundo Gudynas, a partir dessas reflexões vários autores Wolfe; Pinto, Sunkel, coincidem nos seguintes pontos sobre um estilo alternativo de desenvolvimento:

- deve-se renunciar à crença de um crescimento econômico exponencial ilimitado;
 - não se pode falar em desenvolvimento sustentado apoiado na exportação maciça dos recursos naturais locais;
- o ritmo crescente da degradação ambiental não pode ser mantido;
- a qualidade de vida deve ser o objetivo fundamental de qualquer desenvolvimento;
- a fé indiscriminada no progresso através da ciência e tecnologia não pode ser mantida;
 - não é possível se manterem os altos níveis de consumo dos países industrializados e das elites dos países do Terceiro Mundo.

Esses estilos alternativos de desenvolvimento, que salientavam a importância da conservação do meio ambiente ganharam adjetivações, particulares como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento alternativo, etc.

O "ecodesenvolvimento" foi, ao que parece, introduzido por M. Strong no início da década de 1970. como alternativa para a dicotomia "economia-ecologia". Ele foi apresentado como estratégia de desenvolvimento negadora de um crescimento econômico que implicasse na degradação dos recursos naturais. Propondo uma nova ética de desenvolvimento, sublinhava a necessidade de se utilizara recursos naturais de cada ecossistema de maneira parcimoniosa pelas populações locais. O objetivo desse processo era melhorar a qualidade de vida dessas populações e a satisfação de suas necessidades básicas, por meio de tecnologias social e ecologicamente adequadas, restritivas do uso de combustível fóssil, e minimizadoras de impactos ambientais. Essa estratégia de desenvolvimento propunha também uma descentralização nas tomadas de decisões e a solidariedade com as gerações futuras.

A proposta do desenvolvimento sustentado

Ao contrário do ecodesenvolvimento, que sobreviveu em um período relativamente curto, o conceito de desenvolvimento sustentado, criado no mesmo período, ganhou notoriedade possivelmente por ter sido adotado em importantes documentos como a *Estratégia Mundial para a Conservação*, o informe *Nosso Futuro Comum* da Comissão Brundtland (ONU, 1987). *Cuidar da Terra* (UINC, WWF e PNUMA, 1991) e o Informe da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe (1991).

A definição mais conhecida é o da Comissão Brundtland (*Nosso Futuro Comum*, 1987)

segundo a qual **o desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas**. No capítulo dois do referido relatório afirma-se que o desenvolvimento sustentado se baseia em dois conceitos chave: a prioridade na satisfação das necessidades das camadas mais pobres da população, e às limitações que o estado atual da tecnologia e da organização social impõe sobre o meio ambiente.

Além disso, o introduz um elemento novo: parte do princípio que os modelos atuais de desenvolvimento tanto dos países do Norte quanto do Sul são inviáveis, pois ambos seguem padrões de crescimento econômico não-sustentáveis a longo prazo. Além disso, ao menos em teoria, introduz uma dimensão ética e política, ausente em algumas propostas anteriores: o desenvolvimento é um processo de mudança social, que implica transformações das relações econômicas e sociais. Uma via de desenvolvimento que é sustentável somente em termos "naturais" (manejo dos recursos naturais, etc.) poderia, teoricamente, ser conseguida em regimes autoritários. Daí a necessidade de se prestar atenção em problemas cruciais como a democratização do acesso aos recursos naturais pelos vários setores da população e na distribuição dos custos e benefícios do desenvolvimento. Além disso, o relatório *Nosso Futuro Comum* propõe uma nova concepção da economia no que se refere a custos e benefícios, levando em conta as variáveis ambientais; e enfatiza a importância da participação política, recomendando um equilíbrio entre o uso dos recursos e o crescimento demográfico.

Entre as principais estratégias se incluem a necessidade de se relançar o crescimento nos países pobres, a de mudar a qualidade desse crescimento para se tomar em conta o decréscimo do estoque de recursos naturais de cada país e a de aumentar a resistência do desenvolvimento a crises.

Um dos esteios do conceito de desenvolvimento sustentado é a sua base ecológica. A conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é condição básica para o desenvolvimento sustentado. Em outro artigo já foram desenvolvidos extensivamente os aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentado. Segundo a Estratégia Mundial para a Conservação (UICN, 1980), para que essa conservação se realize são necessárias algumas condições básicas, além de outras de caráter social, cultural e político. A primeira é a de que o desenvolvimento sustentado deve prever a manutenção dos processos ecológicos fundamentais dos quais depende a sobrevivência humana, tais como a fotossíntese, os ciclos hidrológicos e a reciclagem dos nutrientes. A perturbação em alto grau desses processos colocaria em risco a vida humana. Isso, aliás, já vem ocorrendo em maior ou menor grau em todas as áreas do planeta, traduzindo-se em desertificação crescente, efeito estufa, mudanças climáticas, inundações e fragilidade crescente de algumas regiões a cataclismas naturais.

A outra condição é a preservação das diversidades genéticas e biológicas entendidas como o número de espécies vegetais e animais que hoje compõem a vida. Essa diversidade está sendo ameaçada principalmente pela ação humana, na forma de poluição e degradação ambiental, de devastação florestal, de homogeneização da base genética. A diminuição do número de espécies, principalmente cereais e plantas domésticas, pela seleção artificial de espécies de maior rendimento, tem aumentado o risco de ataques de pragas e exigido o seu combate por biocidas, com os perigos amplamente conhecidos.

Documentos recentes, têm enfatizado a relação entre a manutenção da diversidade biológica e a diversidade cultural. Estudos têm demonstrado que as populações tradicionais de coletores, pescadores e etnias indígenas são grandes responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem para sua sobrevivência. Paradoxalmente, dentre os mecanismos propostos para a manutenção da diversidade biológica, o estabelecimento de áreas protegidas (parques, reservas ecológicas, etc.) tem sido um dos fatores de redução dessa diversidade cultural. Isso é devido, em grande parte, à concepção de parques e reservas ecológicas importada dos países industrializados que criaram essas áreas fundamentalmente por razões de preservação da beleza cênica, para fins de

turismo, recreação, etc. (exemplos são os parques dos Estados Unidos). Segundo essa concepção, os parques têm de ser espaços desabitados por populações humanas que, no processo de sua criação, têm de ser transferidas das áreas a serem preservadas.

No caso dos países em desenvolvimento, no entanto, freqüentemente esses ecossistemas naturais foram conservados, em grande parte por populações tradicionais que possuem fortes vínculos culturais com esses ambientes. Esses habitantes, pelo seu sistema de produção material e não-material, dependem da preservação dos ambientes em que vivem e desenvolveram sistemas engenhosos de manejo dos recursos naturais. Dai a necessidade de serem mantidas essas populações, incentivando o uso moderado dos recursos naturais, e apoiando-as em sua busca de melhoria da qualidade de vida (escolas, educação, etc). Por isso, a manutenção da diversidade biológica, em muitos países do Terceiro Mundo, passa pelo respeito a esses habitantes. Isso aliás foi amplamente reconhecido pelo recente IV Congresso Mundial de Parques e Áreas Protegidas (Caracas, 1992), mas ainda não se transformou em ação pelas autoridades responsáveis pela criação dessas áreas no Brasil.

O terceiro pressuposto ecológico do desenvolvimento sustentado é a utilização sustentada das espécies e dos ecossistemas. Nesse sentido é importante, ainda que difícil, se definir a capacidade de sustentação ou carga dos vários ecossistemas naturais utilizados pela sociedade, para que a reprodução dos processos e funções ecológicas possa continuar acontecendo.

Críticas ao conceito de desenvolvimento sustentado

Um dos aspectos positivos da argumentação que está por trás do conceito de desenvolvimento sustentado é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não somente em benefício das gerações atuais, mas também das futuras. Com isso, fica evidente a necessidade de se reformularem muitas das propostas teóricas das correntes da economia atual cujo horizonte de reflexão e instrumental para a tomada de decisões quanto a investimentos (taxa de desconto, por exemplo) é extremamente curto e imediatista.

Um outro aspecto fundamental, expresso nos documentos antes citados sobre desenvolvimento sustentável, é a necessidade de uma outra ética, diferente daquela subjacente ao crescimento econômico atual. Esta ética se baseia na concepção de que a natureza deve ser subjugada a qualquer preço, a serviço do homem. Esse jugo ou dominação se expande também sobre as relações sociais. Esta nova ética se baseia, de um lado, na noção de convivialidade e no respeito pela natureza como sendo composta de seres vivos.

A nova ética exige o abandono da perspectiva antropocêntrica para uma perspectiva mais global, biocêntrica. Movimentos como o da Ecologia Profunda ("Deep Ecology") e autores como Sylvan (1985) e Russel (1982) propõem novos paradigmas sociais que se confrontam com os atuais. O quadro seguinte mostra as diferenças entre dois paradigmas.

Paradigma Social Dominante	Paradigma da Ecologia Profunda
Domínio sobre a natureza Meio ambiente como recurso	Harmonia com a natureza. Natureza constituída por seres vivos com direitos à existência independente de seu valor de uso
Objetivos materiais/crescimento econômico	Objetivos não-materiais/ sustentabilidade ecológica
Recursos naturais ilimitados	Recursos finitos
Soluções baseadas exclusivamente na tecnologia avançada Consumismo	Soluções adaptadas a cada situação e ecossistema. Necessidade básica/reciclagem

Centralização/grande escala	Descentralização/pequena escala
Autoritarismo/estruturas repressivas	Estruturas democráticas/participação social

FONTE: Adaptado de SYLVAN (1985) apud REDCLIFT, 1989.

Várias críticas têm surgido sobre a concepção do desenvolvimento sustentado e sua aplicabilidade.

Alguns autores, entre os quais Redclift (1987), criticam a proposta da Comissão Brundtland por não ter dado ênfase às condições internacionais que o desenvolvimento sustentado deve enfrentar. Segundo esse autor, a proposta ignora as relações de forças internacionais, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso dos países do Terceiro Mundo à tecnologia, as relações desiguais de comércio, desfavoráveis a estes últimos e a oposição das multinacionais a propostas tecnológicas contrárias a suas estratégias globais (p.17). Além disso, o Relatório Brundtland não leva em conta as contradições internas dos países em desenvolvimento, que os impedem de atingir o desenvolvimento sustentado.

O segundo aspecto criticado por Redclift é a crença, muitas vezes velada, do Relatório Brundtland nas forças do mercado para solucionar os problemas ambientais. Nesse sentido o Relatório adota uma posição próxima à economia neoclássica, para a qual os problemas ambientais são meras externalidades nos projetos de desenvolvimento. Muitas ações propostas visam somente reduzir os efeitos negativos das intervenções provocadas por projetos de "desenvolvimento". O autor defende a necessidade **do planejamento** como instrumento para resolver as contradições entre o "crescimento econômico" e a conservação do meio ambiente. A questão, no entanto, não é somente técnica, mas sobretudo política, e diz respeito às visões e interesses dos vários grupos sociais, com interesses divergentes a respeito do acesso e uso dos recursos ambientais. Essas dimensões políticas não são claramente explicitadas no Relatório Brundtland.

A terceira crítica é mais global e radical e diz respeito à própria concepção de desenvolvimento como estratégia e instrumento para se chegar a uma melhoria da qualidade de vida da população. Os conceitos de desenvolvimento e mesmo o chamado "sustentado" se baseiam na necessidade de se atingir o grau de "desenvolvimento" atingido pelas sociedades industrializadas. Está cada vez mais claro que o estilo de desenvolvimento dessas sociedades, baseado num consumo exorbitante de energia, artificialmente barata e intensiva em recursos naturais, sobretudo aqueles vindos dos países do Terceiro Mundo, é igualmente insustentável a médio e longo prazos. Além disso, é patente que a distância entre esses dois grupos de países está se alargando cada vez mais, apesar das fracassadas "décadas de desenvolvimento" oficialmente estabelecidas pela ONU. Daí a necessidade de se pensar o problema global sob a perspectiva de "sociedade ou sociedades sustentáveis" e não de desenvolvimento sustentável. Isso significa que é imperioso que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidades próprias, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica. Isso não invalida as conquistas universais hoje consolidadas nos princípios da Declaração dos Direitos Humanos e outras declarações e acordos mais universais.

Desenvolvimento *versus* sociedade sustentável

O conceito de "sociedades sustentáveis" parece ser mais adequado que o de "desenvolvimento sustentável" na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política, anteriormente descritos.

Essa noção de sociedades sustentáveis se baseia na noção expressa por Chambers na qual as pessoas, sobretudo as mais pobres, devem ser sujeitos e não objetos do "desenvolvimento". O meio ambiente e o desenvolvimento, para esse autor, são meios e não fins em si mesmos. Nesse sentido ele se refere à sustentabilidade dos modos de vida, (*sustainable livelihoods*) onde a qualidade de vida passa a ser uma prioridade.

J. Robinson desenvolve mais especificamente o conceito de "sociedades sustentáveis". Também para ele, o termo sociedade sustentável é mais apropriado que o de "desenvolvimento sustentável", pois é um conceito mais amplo que este último. Esse autor define sustentabilidade como a persistência, por um longo período (*indefinite future*) de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e seu ambiente natural. A sustentabilidade é considerada por ele como um princípio ético, normativo e, portanto não existe uma única definição de sistema sustentável. Para existir uma sociedade sustentável é necessária a sustentabilidade ambiental, social e política, sendo um processo e não um estágio final. Ao mesmo tempo, não se propõe um determinado sistema sócio-político que dure para sempre, mas que deva ter capacidade para se transformar.

Os princípios ecológicos, como a conservação dos processos vitais dos ecossistemas, a diversidade biológica e o manejo cuidadoso dos recursos naturais, continuam sendo básicos para a reprodução das sociedades sustentáveis. Na esfera ambiental, o autor afirma que a natureza tem o direito à existência, independente de seu valor para o homem. Ele afirma o valor intrínseco do mundo natural e suas formas de vida, incluindo a humana. Os princípios sócio-políticos são aqueles já mencionados, principalmente o da distribuição equitativa da riqueza gerada, a participação da população nas decisões, as liberdades democráticas e a satisfação das necessidades básicas.

Um enfoque semelhante foi utilizado pelos autores que atualizaram a Estratégia Mundial para a Conservação. (Munro et alii, 1991) sob o título *Cuidar da Terra: estratégia para o futuro da vida*.

Também nesse documento se prega a necessidade de uma nova ética mundial, que tem como base uma relação mais harmoniosa dos homens com a natureza e entre si mesmos.

Conclusão não-conclusiva

O intuito deste trabalho foi discutir o conceito de "desenvolvimento sustentável" ampliando o debate sobre seu conteúdo. A contribuição mais positiva do debate agora realizado em torno do conceito de desenvolvimento sustentável é o conjunto de preocupações sobre as relações entre o homem e a natureza, e também dos homens entre si. Há fortes indícios, no entanto, que ele possa se converter em mais um dos modismos gradualmente incorporados pelas elites, sobretudo as do Terceiro Mundo, que nele vêem uma ocasião de buscar financiamentos para a "conservação ambiental" entendida em sua dimensão mais restrita, isto é, a luta contra a poluição gerada pelo sistema sócio-econômico que elas mesmas produziram e administraram.

Um dos fatores preocupantes é o aparente consenso que existe a respeito do termo, ainda que o conteúdo seja diferente segundo o grupo social que o utiliza. Para certos setores do movimento ambientalista significa uma proteção do "verde" independente da realidade social envolvida. Para os empresários trata-se, no fundo, do desenvolvimento que possa garantir a "sustentabilidade da taxa de lucro", baseada sobretudo na criação e venda de equipamentos contra a poluição. Para certos governos, o termo muitas vezes constitui o preâmbulo de documentos oficiais para solicitação de empréstimos internacionais a organismos financeiros que foram obrigados a introduzir em seus critérios de aprovação de projetos as variáveis ambientais.

No âmbito internacional esse conceito é freqüentemente utilizado como um adjetivo a mais, carente de uma reflexão mais ampla sobre as causas sociais e econômicas da degradação ambiental e da marginalização cada vez mais crescente de amplos setores das populações. Em casos extremos, trata-se da maquiagem de velhos discursos com uma coloração "verde". O receio é que o conceito de desenvolvimento sustentado siga a trajetória de outros similares, hoje abandonados, como o "desenvolvimento integrado", "ecodesenvolvimento", "desenvolvimento de baixo para cima", etc., que estiveram em moda por um certo tempo, alimentando grandes burocracias tanto nacionais quanto internacionais.

A questão de fundo, no entanto, permanece válida e atual, isto é, como construir sociedades ecológica e socialmente mais justas? Nesse sentido, a conceituação de "sociedades sustentáveis" ainda está num "canteiro de obras", exigindo a elaboração de novos paradigmas, de que este artigo apenas indicou algumas linhas. A conceituação de sociedades sustentáveis, baseada na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e modos de vida nos parece não somente mais substantiva, mas portadora dos grandes desafios. Ela relança, de alguma forma, a necessidade de se criarem novas utopias para o século XXI. Ela acena para a necessidade de se pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e tecnológicas diferenciadas, voltadas principalmente para o "desenvolvimento harmonioso das pessoas" e de suas relações com o conjunto do mundo natural.